MOVIMENTAÇÃO
Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados
ISSN Eletrônico: 2358-9205

GRAMSCI E A HISTÓRIA: UMA REAVALIAÇÃO DO CONCEITO DE REVOLUÇÃO PASSIVA

Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves[1]

RESUMO: Neste artigo buscamos uma releitura do conceito de revolução passiva, elaborado por Antonio Gramsci (1891-1937), nos Cadernos do cárcere. A revolução passiva é uma importante ferramenta teórica para problematizar a História do Brasil e praticamente formou uma tradição entre os intelectuais gramscianos. Cremos que é possível enriquecer essa tradição com a contribuição de marxistas brasileiros como Francisco de Oliveira, Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes, trazendo à revolução passiva novas perspectivas na análise do passado e do presente.

Palavras-chave: Antonio Gramsci. Revolução passiva. História do Brasil.

GRAMSCI AND THE HISTORY: A REVALUTION OF THE CONCEPT OF PASSIVE REVOLUTION

ABSTRACT: In this article we seek a re-reading of the concept of passive revolution, elaborated by Antonio Gramsci (1891-1937), in Prison's Notebooks. The passive revolution is an important theoretical tool to problematize the History of Brazil and practically formed a tradition among the gramscian intellectuals. We believe that it is possible to enrich this tradition with the contribution of brazilian marxists such as Francisco de Oliveira, Ruy Mauro Marini and Florestan Fernandes, bringing to the passive revolution new perspectives in the analysis of the past and the present.

Keywords: Antonio Gramsci. Passive Revolution. History of Brazil.

GRAMSCI Y LA HISTORIA: UNA REAVALACIÓN DEL CONCEPTO DE REVOLUCIÓN PASIVA

RESUMEN: En este artículo buscamos una relectura del concepto de revolución pasiva, elaborado por Antonio Gramsci (1891-1937), en los *Cuadernos de la cárcel*. La revolución

[1] Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Endereço eletrônico: jurucemattos@gmail.com.

pasiva es una importante herramienta teórica para problematizar la Historia de Brasil y prácticamente formó una tradición entre los intelectuales gramscianos. Creemos que es posible enriquecer esa tradición con la aportación de marxistas brasileños como Francisco de Oliveira, Ruy Mauro Marini y Florestan Fernandes, trayendo a la revolución pasiva nuevas perspectivas en el análisis del pasado y del presente.

Palavras Clave: Antonio Gramsci. Revolución Pasiva. Historia de Brasil.

1 Introdução

> "*No passado existe [...] o erro, a negatividade, a morte, mas existe também a vida, o desenvolvimento da tradição saudável do movimento revolucionário italiano; há ainda no passado uma parte positiva que hoje continua a desenvolver-se apesar da reação e do terror branco".*
> Antonio Gramsci (LOSURDO, 2006, p. 283, cit. GRAMSCI, *La costruzione del partito comunista 1923-1926*, Turim, Einaudi, 1971, p. 167-9)

Neste artigo, buscaremos sistematizar parte da ampla contribuição de Antonio Gramsci (1891-1937) para a História enquanto ciência, contribuição que se estende à historiografia e à teoria da história, sobretudo no que o autor desenvolveu na obra *Cadernos do cárcere*. Todavia alguns fatores tornam nossa tarefa mais complexa: primeiramente o caráter inacabado dos *Cadernos*, os quais foram escritos na forma de notas e aforismos, em uma prisão fascista, de maneira que nosso autor não dispunha de uma biblioteca e muitas vezes citava autores e obras tendo apenas a memória como recurso. Ademais disso, a questão que nos propomos é deveras ampla e vai além do que é possível desenvolver em um artigo, sobretudo porque a concepção gramsciana da história radicaliza-se na questão do *historicismo absoluto*. E este, por sua vez, é um aspecto de fundo, basilar, do pensamento gramsciano e de sua concepção do *marxismo*, que Gramsci denominava "filosofia da práxis" para evitar a censura da cadeia.

Conforme afirma no trecho, retomando o aspecto revolucionário do marxismo: "A filosofia da práxis é o 'historicismo absoluto', a mundanização absoluta do pensamento, um humanismo absoluto da história. Nesta linha é que deve ser buscado o filão da nova concepção de mundo" (GRAMSCI, 2007, p. 1479). Nesse sentido, o marxismo é definido por Gramsci como o "historicismo absoluto", segundo o qual todas as concepções de mundo são historicizadas e só assim fazem sentido ou podem ser explicadas. Essa concepção não deixa de coadunar com o que Marx e Engels afirmaram na *Ideologia alemã*:

> Conhecemos uma única ciência, a ciência da história. [...] Quanto à história dos homens, será preciso examiná-la, pois quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida dessa história ou a uma abstração total dela. A ideologia, ela mesma, é apenas um dos lados dessa história (MARX e ENGELS, 2007, p. 86-87).

Assim, todo o conhecimento e pensamento, toda criação humana, tem na história o seu critério. E Gramsci, por sua vez, afirma o *historicismo absoluto*, ou seja, a "Historicidade de toda concepção de mundo e da vida" (GRAMSCI, 2007, p. 1489), no sentido que toda concepção é transitória e portanto não é eterna, e, além disso, é emoldurada pela sua época histórica, conferindo sentidos e limites mais ou menos amplos.

Diferentemente de concepções academicistas, e de longas discussões à respeito da história servir ou não como "mestra da vida", ou mesmo de negar à história qualquer validade como se observa na crítica niilista de Nietzsche, Gramsci adere à undécima tese *Ad Feurbach* dos fundadores do materialismo histórico, segundo a qual: "Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo" (MARX e ENGELS, 2007, p. 535). Neste sentido, pode-se dizer que só se "age historicamente", sendo a história a ciência norteadora das ações a serem tomadas no presente e no futuro. Marx e Engels se referem aos "filósofos", mas, evidentemente, isso se dirige aos intelectuais em geral. Gramsci compartilha e aprofunda essa concepção naquilo que define como "filósofo democrático":

> A personalidade histórica de um filósofo individual é também dada pela relação ativa entre ele e o ambiente cultural que quer modificar, ambiente que reage sobre o filósofo e, obrigando-o a uma permanente autocrítica, funciona como "professor". Compreende-se assim por que umas das maiores reivindicações das modernas camadas intelectuais no campo político foi a chamada "liberdade de pensamento e de expressão de pensamento (imprensa e associação)", já que só onde existe essa condição política se realiza a relação de professor-discípulo no sentido mais geral, acima mencionado; e, na realidade, só assim se realiza "historicamente" um novo tipo de filósofo, que se pode chamar de "filósofo democrático", isto é, do filósofo consciente de que a sua personalidade não se limita à sua individualidade física, mas é uma relação social ativa de modificação do ambiente cultural. Quando o "pensador" se contenta com o próprio pensamento, "subjetivamente" livre, isto é, abstratamente livre, é hoje motivo de troça: a unidade entre a ciência e a vida é precisamente uma unidade ativa, somente nela se realizando a liberdade de pensamento; é uma relação professor-aluno, é uma relação entre o filósofo e o ambiente cultural no qual atuar, de onde recolher os problemas que devem ser colocados e resolvidos; isto é, é a relação filosofia-história. (GRAMSCI, 2007, p. 1331-1332)

Dessa forma, resgata o incontornável vínculo entre a teoria e a práxis. O "intelectual democrático" deve ter uma *relação ativa e orgânica* com o ambiente cultural que lhe rodeia, não é um mero observador, aprende com ele e atua para modificá-lo, transformando-o, usando suas ferramentas intelectuais conscientemente. Não se trata de somente analisar as situações com as quais o intelectual se depara, mas de transformá-las, ou como diz Gramsci: "A tese XI" (mencionada acima) é a "enérgica afirmação de uma unidade entre teoria e prática" (GRAMSCI, 2007, p. 1270).

Dito isso, a partir da crítica ao filósofo Benedetto Croce (1866-1952), Gramsci desenvolveu uma elaborada concepção sobre a história da Itália. Todavia essa interpretação foi além das fronteiras italianas e "ganhou o mundo" na forma da *revolução passiva*, entre outros conceitos, ou como afirma Gramsci:

> Vincenzo Cuoco chamou de revolução passiva a revolução ocorrida na Itália, como consequência das guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino (GRAMSCI, 2007, p. 504).

Dessa forma, apropriando-se e desenvolvendo a formulação de Vicenzo Cuoco (1770-1823), Gramsci confere amplitude à revolução passiva, além das fronteiras nacionais da história italiana. A concepção da história do marxista sardo nasce da crítica da interpretação de Croce da história europeia e italiana. Interessante observar como Gramsci explica seu "anti-Croce" em carta de 9 de maio de 1932, enviada do cárcere para sua cunhada Tania Schucht, na qual critica as obras *Storia d'Europa nel secolo decimonono* e *Storia d'Italia dal 1871 al 1915*:

> Pode-se pensar numa história unitária da Europa que se inicie a partir de 1815, isto é, a partir da Restauração? Se uma história da Europa pode ser escrita como formação de um bloco histórico, ela não pode excluir a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas, que são a premissa "econômico-jurídica" do bloco histórico europeu, o momento da força e da luta. Croce assume o momento seguinte, aquele em que as forças anteriormente desencadeadas se equilibraram e, por assim dizer, passaram por uma "catarse"; faz deste momento um fato em si e constrói seu paradigma histórico. Havia feito o mesmo com a *Storia d'Italia*: começando em 1870, ela negligenciava o momento da luta, o momento econômico, para ser apologia do puro momento ético-político, como se tivesse caído do céu (GRAMSCI, 2005, p. 197)

Dessa maneira, Croce exclui os momentos de luta da história europeia e italiana, as quais são contadas escamoteando as revoluções, as grandes rupturas do tempo. Croce prescinde dos momentos de luta de forma que não se compreende que a hegemonia burguesa nascente do século XIX teve sua gênese nas lutas de classes, nas guerras e que o consenso burguês em construção só foi possível com expedientes de violência. As lutas e rupturas da Revolução Francesa (1789-1799) e do *Risorgimento* italiano (1815-1870), marcado por intensas lutas, sobretudo no biênio de 1848-1849, culminando com a revolução europeia de 1848, a qual colocou pela primeira vez o proletariado contra a burguesia, e a ascensão dos "moderados" na Itália nos anos 1850, levando à unificação e consolidação do Estado burguês italiano entre 1861 e 1870, são abertamente escamoteadas por Croce. A partir daí, o filósofo napolitano parte do momento em que o poder e a hegemonia estavam consolidados,

construindo a miragem de uma ilusória "*pax* burguesa". Isso possibilita a visão segundo a qual cabe às classes populares uma posição sempre subalterna. Ao contrário disso, Gramsci diz o seguinte à Tania, em carta de 6 de junho de 1932:

> Se estudar toda a história italiana a partir de 1815, verá que um pequeno grupo dirigente, com método, conseguiu absorver em seu círculo todo o pessoal político gerado pelos movimentos de massa, de origem subversiva. De 1860 até 1876, o Partido de Ação, mazziniano e garibaldiano, foi absorvido pela Monarquia, deixando um resíduo insignificante que continuou a viver como Partido Republicano mas tinha um significado mais folclórico do que histórico-político. O fenômeno foi chamado de "transformismo", mas não se tratava de um fenômeno isolado; era um processo orgânico que substituía, na formação da classe dirigente, o que na França tinha acontecido durante a Revolução e com Napoleão, e na Inglaterra com Cromwell. De fato, mesmo depois de 1876 o processo continua, molecularmente. Assume uma dimensão imponente no pós-guerra, quando parece que o grupo dirigente tradicional não tem condições de assimilar e digerir as novas forças geradas pelos acontecimentos. Mas este grupo dirigente é mais *malin* [astuto] e capaz do que se podia pensar: a absorção é difícil e custosa, mas mesmo assim acontece, por muitos caminhos e com métodos diversos (GRAMSCI, 2005, p. 209).

Nessa carta, Gramsci esboça o conceito de transformismo, que explica a forma pela qual o grupo dirigente "decapita" as classes subalternas absorvendo (cooptando, dirigindo moral, intelectual e materialmente) suas lideranças. À política do transformismo, corresponde a concepção historiográfica de Croce, a chamada "história ético-política", dominada pela perspectiva dos vencedores. Diante desta, nosso autor formula a "história integral".

De acordo com Fabio Frosini, a perspectiva dos subalternos ainda não impôs na história a "própria necessidade". Nesse sentido a história integral gramsciana:

> Indica o pleno resgate da política na perspectiva histórica. O resgate do ponto de vista dos subalternos é uma operação historiográfica e, portanto, política, que significa mostrar a contingência daquela **necessidade** que então se impôs e se estendeu até o presente. (FROSINI, 2017, p. 373, grifo nosso).

Desta forma, enuncia-se a *unidade entre historiografia, história e política*, como um desenvolvimento da *unidade de teoria e prática*, essência da *filosofia da práxis*. Portanto à estratégia política socialista, de emancipação do proletariado, resgata-se, coerentemente, o papel histórico dos estratos sociais subalternizados.

As cartas de Gramsci à cunhada Tania funcionam como uma "apresentação" e fornecem o "tom geral" do que ele desenvolvia em suas anotações, mais tarde reunidas nos *Cadernos do cárcere*, a partir dos quais trataremos a seguir do Anti-Croce e da revolução passiva.

Parafraseando o fragmento de Gramsci presente na epígrafe que abre nosso texto, o passado contém o erro, a negatividade e a morte. Mas nele existe também a vida e a revolução

pode buscar suas raízes e razões na reinterpretação e análise científica desse mesmo passado, resgatando as lutas de ontem das classes subalternas que inspiram as de hoje e de amanhã, para enfrentar a "reação e o terror branco" dos monstros criados pelo capitalismo em crise, como a guerra e o fascismo.

2 O anti-Croce e a revolução passiva

Temos o propósito de trazer uma contribuição nova para a formulação gramsciana. Pensamos ser possível contribuir com o pensamento gramsciano, e logo com os historiadores e cientistas sociais gramscianos, resgatando estudos marxistas sobre o caráter dependente do capitalismo brasileiro, da superexploração da classe trabalhadora e da autocracia burguesa no Brasil. Porque se é verdade, como Gramsci afirma, que a revolução passiva explica a história de países que não tiveram uma revolução, como o Brasil, ainda é necessário especificar como seria a revolução passiva "brasileira". Antes porém de nos atermos a isso, traremos aspectos fundamentais desenvolvidos pelo marxista sardo para, em seguida, avançar rumo ao aqui proposto.

A crítica da visão de Croce é um dos vetores de desenvolvimento da concepção de história de Gramsci. Todavia, a crítica de Gramsci não se voltava à pessoa, mas ao que eminente filósofo italiano representava para a burguesia e para a cultura e os regimes burgueses, conforme aponta em carta de 18 de abril de 1932:

> Na prática, a posição de Croce permitiu aos intelectuais italianos retomar as relações com os intelectuais alemães, coisa que não foi e não é fácil para os franceses e alemães; assim, a atividade crociana foi útil ao Estado italiano no pós-guerra, quando os motivos mais profundos da história nacional levaram à cassação da aliança militar franco-italiana e a uma orientação política contra a França, por causa da reaproximação com a Alemanha. Assim, Croce, que nunca se ocupou de política militante no sentido partidário, se tornou ministro da Educação no Governo Giolitti em 1920-1921. [...] Já antes da guerra, Croce ocupava uma posição muito alta no conceito dos grupos intelectuais de todos os países. O interessante é que, a despeito da opinião comum, sua fama era maior nos países anglo-saxões do que nos germânicos: as edições de seus livros, traduzidos em inglês, são inúmeras, mais do que em alemão e mais do que em italiano. Como se vê em seus textos, Croce tem um alto conceito desta sua posição de líder da cultura mundial e das responsabilidades e deveres que ela acarreta. É evidente que seus textos pressupõem um público mundial de elite (GRAMSCI, 2005, p. 187-188).

Desta forma, Croce era um líder mundial da cultura intelectual burguesa, ocupando alta posição nos círculos intelectuais do Ocidente, sendo um agente da hegemonia cultural e intelectual burguesa. Não obstante, Croce combatia ainda na luta pelo revisionismo com o objetivo de liquidação do marxismo. Na mesma carta, Gramsci escreve para Tania:

> Deve-se recordar que, no últimos anos do século passado, os textos crocianos de teoria da história deram armas intelectuais aos dois maiores movimentos do "revisionismo" da época, o de Eduard Bernstein, na Alemanha, e o de Sorel, na França. Mas Croce levou ainda mais longe sua atividade de revisionista, e isto especialmente durante a guerra e especialmente depois de 1917. [...] Numa breve carta escrita ao prof. Corrado Barbagallo e publicada na Nuova Rivista Storica de 1928 ou 1929, ele diz, explicitamente, que toda a elaboração de sua teoria da história ético-política (isto é, toda ou quase toda a sua atividade de pensador em cerca de vinte anos) está voltada para aprofundar seu revisionismo de há quarenta anos. (GRAMSCI, 2005, p. 188-189)

Em carta posterior, de 2 de maio de 1932, Gramsci afirma o seguinte complementando o que foi dito anteriormente:

> Já mencionei a grande importância que Croce atribui à sua atividade teórica de revisionista bem como o fato de que, como admite explicitamente, todo seu esforço de pensador, nestes últimos vinte anos, foi guiado pelo objetivo de completar a revisão até transformá-la em liquidação (GRAMSCI, 2005, p. 194).

Esta operação liquidacionista do marxismo, vinha acompanhada de determinada concepção da história, em que "na atividade histórico-política", Croce "acentua unicamente aquele momento que, na política, se chama de 'hegemonia', do consenso, da direção cultural, para distingui-lo do momento da força, da coerção, da intervenção legislativa e estatal ou policial" (idem). Esse procedimento dá a Croce a possibilidade de escamotear as lutas populares, que não deixa de expressar um interesse da classe dominante, isto é, ao lado de um "temor de movimentos jacobinos", há o interesse de impedir às grandes massas populares de uma intervenção ativa na história e de sua função como agentes do progresso histórico (GRAMSCI, 2007, p. 1220). Segundo Gramsci, essa historiografia é um "hegelianismo degenerado e mutilado" (idem). A atividade de revisionista de Croce se estendia ao hegelianismo. Croce promovia uma reforma conservadora do pensamento de Hegel, mutilando a dialética da história, no sentido de que "a tese deva ser 'conservada' pela antítese a fim de não destruir o próprio processo, o qual, portanto, é 'previsto', como uma repetição ao infinito, mecânica e arbitrariamente prefixada" (GRAMSCI, 2007, p. 1220-1221). Diante disso, Gramsci afirma que

> Na história real, a antítese tende a destruir a tese, a síntese será uma superação, mas sem que se possa estabelecer a priori o que será "conservado" da tese na síntese, sem que se possa "medir" a priori os golpes como em um ringue convencionalmente regulado. Que isto ocorra de fato, de resto, é uma questão de "política" imediata, já que, na história real, o processo dialético se fragmenta em inúmeros momentos parciais; o erro consiste em elevar a momento metodológico o que é pura imediaticidade, elevando, precisamente, a filosofia o que é apenas ideologia (GRAMSCI, 2007, p. 1221).

Assim, a historiografia liberal (que reunia de moderados a republicanos), da qual Croce é um proeminente representante, expressa um "erro filosófico" de origem prática, ou seja, tal "desacerto" da dialética representa interesses políticos da classe dominante. Esse juízo falso da dialética é uma necessidade: pressupõe que a tese deva ser conservada, com o objetivo de anular a antítese, de forma que os movimentos revolucionários e as rupturas históricas anulam-se e tornam-se uma impossibilidade. Ou, conforme afirma Gramsci, "é 'vital' e intocável a forma liberal do Estado" que supostamente "garante a qualquer força política o direito de movimentar-se e lutar livremente" (GRAMSCI, 2007, p. 1327). Mas essa fórmula liberal não deixa de ser um projeto de revolução passiva, de sufocamento gradual e contínuo da classe trabalhadora, visando a reprodução de sua subalternidade. Diante disso, as classes populares e subalternas devem ter plena consciência de que:

> "Os golpes não são dados de comum acordo", e toda antítese deve necessariamente colocar-se como antagonista radical da tese, tendo mesmo o objetivo de destruí-la e substituí-la completamente. Conceber o desenvolvimento histórico como um jogo esportivo, com seu árbitro e suas normas preestabelecidas a serem lealmente respeitadas, é uma forma de história com uma meta predeterminada, na qual a ideologia não se funda sobre o conteúdo "político", mas sobre a forma e o método da luta. É uma ideologia que tende a enfraquecer a antítese, a fragmentá-la numa longa série de momentos, isto é, reduzir a dialética a um processo de evolução reformista "revolução-restauração", na qual apenas o segundo termo é válido [...] (GRAMSCI, 2007, p. 1328).

Ou seja, o moderantismo conservador com a ideia de uma luta regrada, parlamentar, num campo de batalha circunscrito aos meandros do Estado liberal, busca dissuadir as forças antitéticas para derrotá-las. Dessa forma, a crítica elaborada por Gramsci a Croce não se limita a sua concepção histórico-filosófica. Vai além, sendo também uma crítica política.

Gramsci reafirma a unidade do pensamento e da ação, da teoria e da práxis e, da mesma forma, da política e da história. Sendo que Croce representava não apenas o regime burguês, mas também a cultura intelectual burguesa, sua filosofia e pensamento, a crítica de Gramsci visava a história passada, presente e futura do capitalismo. Ou, conforme assinala Gramsci em seu exame do historicismo de Croce:

> O historicismo de Croce seria, portanto, nada mais do que uma forma de moderantismo político, que coloca como único método de ação política aquele no qual o progresso e o desenvolvimento histórico resultam da dialética de conservação e inovação. Na linguagem moderna, esta concepção se chama de reformismo. [...] o passado é uma coisa complexa, um conjunto vivo e morto, no qual a escolha não pode ser feita arbitrariamente, a priori, por um indivíduo ou por uma corrente política. Se a escolha foi realizada de tal modo (no papel), não pode se tratar de historicismo, mas de um ato arbitrário de vontade, da manifestação de uma tendência político-prática unilateral, que não pode servir de fundamento a uma ciência, mas somente a uma ideologia política imediata (GRAMSCI, 2007, p. 1325).

Portanto, crítica histórica e historiográfica unem-se, em Gramsci, à crítica política. Porém, o marxista sardo não visava uma análise abstrata do capitalismo. Muito além disso, ele optou por criticar o filósofo napolitano de renome internacional, por tratar-se de revelar as contradições e interesses sociais de um dos principais agentes culturais do capital. E Croce não era apenas um "agente cultural", era também um quadro político da burguesia, não da pequena política, ou seja, das "questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida", mas um formulador da grande política burguesa, a qual, diferentemente da anterior, "compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais" (GRAMSCI, 2007, p. 1563-1564). Croce formulava ideologias para a classe dominante, de modo a armá-la intelectualmente para o exercício da hegemonia. Portanto, a crítica a Croce era "estratégica", pois colidia os fundamentos ideológicos do regime burguês na Itália e o pensamento deste que fora, como dissemos, um expoente internacional da cultura intelectual burguesa e de sua ideologia.

No Brasil, a concepção da história de Gramsci forneceu um importante subsídio para a interpretação de nossa formação. O conceito de revolução passiva tornou-se uma importante ferramenta de interpretação da formação histórica e das contradições da história nacional. Sobretudo na obra daquele que mais se dedicou ao exercício de traduzir o conceito para a História do Brasil. Falamos de Carlos Nelson Coutinho.

Coutinho parte de uma análise de *long terme*, isto é, da Independência política de 1822 ao Golpe de 1964, passando pela Proclamação da República (1889) e pela "Revolução" de 1930. Por tanto, trata-se de uma longa duração histórica na qual o autor reconhece uma série de soluções "pelo alto", elitistas e antipopulares (COUTINHO, 1988, p. 106-107). Para Coutinho, por um lado, "gradualmente e 'pelo alto'", a grande propriedade latifundiária ─ e poder-se-ia também dizer escravista ─ se transformou em empresa capitalista agrária e, por outro lado, o mercado interno internacionalizou-se com forte participação do capital estrangeiro, o qual contribuiu para converter o Brasil em país industrial moderno, altamente urbanizado e com uma estrutura social complexa.

Ambos processos receberam do Estado nacional um forte incremento. Esses aspectos indicam que as transformações sociais não foram obra do povo, ou como na revolução burguesa de tipo clássico: obra de uma burguesia revolucionária que arrastou consigo as classes trabalhadoras do campo e da cidade. Diferentemente disso, em nossa história a

transformação capitalista ocorreu graças ao acordo ─ o compromisso ─ entre as frações das classes economicamente dominantes.

Coutinho salienta o momentos superestruturais da história nacional. Segundo ele, a revolução passiva:

> Como todos os demais conceitos gramscianos, **sublinha fortemente o momentos supra-estrutural,** em particular o momentos político, superando assim as tendências economicistas, ele se revelou de inestimável utilidade para contribuir à especificação e à análise do caminho brasileiro para o capitalismo, um caminho no qual o Estado desempenhou frequentemente o papel de principal protagonista (COUTINHO, 1988, p. 107).

Coutinho salienta o fato de que o processo de revolução passiva, contrariamente à uma revolução popular ativa, de tipo jacobino, é caracterizado por dois momentos: o da restauração, como forma de reação à real possibilidade de uma ruptura revolucionária, e o da renovação como a forma pela qual as "velhas camadas dominantes" assimilam e colocam em prática demandas populares (COUTINHO, 1988, p. 108). A partir da dialética apontada, entre restauração/renovação, o autor analisará momentos superestruturais decisivos, como a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura (1964-1985).

Em relação ao Estado Novo, Coutinho o considera a culminância do agitado período iniciado em 1922, quando foi fundado o PCB e ocorreu a primeira revolta militar tenentista. Nesse momento, o movimento operário lutava por direitos civis e trabalhistas e as camadas urbanas exigiam maior participação política. As pressões vindas das classes populares, mesmo que pouco organizadas, criaram o ambiente para que o setor da oligarquia agrária voltado para o mercado interno, se colocasse à frente do movimento que guindou Getúlio Vargas ao poder. O triunfo da chamada "Revolução" de 1930, colocou a fração oligárquica ligada à agro-exportação em posição de subalternidade política e buscou cooptar a ala moderada da liderança do movimento tenentista, formando um novo bloco. Assim, esse novo bloco no poder traria consigo fatores de renovação. Todavia o mesmo não deixava de se caracterizar pelo elitismo, fazendo com que a classe trabalhadora permanecesse marginalizada, fazendo do mesmo um fator de restauração e estabilização na época do capitalismo em sua maior crise internacional (COUTINHO, 1988, p. 109).

Ainda no sentido da dialética restauração/renovação, a ditadura de Vargas promulgou leis trabalhistas, historicamente reivindicadas pelo proletariado, entre as quais, o direito à aposentadoria, férias remuneradas e o salário mínimo, sobre o qual queremos falar posteriormente, ao mesmo tempo que enquadrou os sindicatos em uma legislação sindical

corporativista, na tentativa de fazer dos sindicatos correias de transmissão do aparelho de Estado (COUTINHO, 1988, p. 110).

Coutinho problematiza a Ditadura (1964-1985) a partir da questão da transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista, e recorre para tanto a uma importante passagem de Gramsci, presente no Caderno 10, intitulado "A Filosofia de Benedetto Croce", o qual foi escrito entre 1932 e 1935. Gramsci se pergunta como período fascista da Itália representaria uma revolução passiva em relação ao período anterior, liberal ─ e conclui que:

> Ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento "plano de produção", isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, esta pode ter sido a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizam as matérias-primas e acumulam gigantescos capitais. (GRAMSCI, 2007, p. 1228).

Segundo Coutinho, as indicações de Gramsci ajudam a entender o regime instaurado com o golpe de 1° de abril de 1964. Mesmo que não se possa caracterizar como um "regime fascista clássico" (COUTINHO, 1988, p. 111), para o autor a Ditadura reserva fortes semelhanças com o fascismo italiano: "as forças produtivas da indústria", por meio de forte intervenção estatal, desenvolvem-se intensamente, "com o objetivo de favorecer a consolidação e a expansão monopolista" (idem). Acompanhando esse processo, a estrutura agrária torna-se predominantemente capitalista, mas conserva o latifúndio como seu eixo central. A camada tecnocrático-militar limitou a ação do capital privado, mas adotou a posição "cesarista" para "manter e reforçar o princípio do lucro privado e para conservar o poder das classes dominantes tradicionais, quer da burguesia industrial e financeira (nacional e internacional), quer do setor latifundiário que foi se tornando cada vez mais capitalista" (idem). Todavia, de nossa perspectiva, Coutinho não desenvolve toda a linha de raciocínio que Gramsci inicia nesta citação, sobretudo por não abordar os aspectos estruturais da revolução passiva brasileira, como a superexploração do trabalhador e a repressão salarial.

Coutinho nos fornece relevantes indicações para o estudo da revolução passiva no Brasil, mas cremos ser possível "ir além", cotejando com estudos de outros autores marxistas. Devido o caráter inacabado dos Cadernos do cárcere, conforme apontamos na introdução, a obra de Gramsci funciona como um "gatilho", de modo que é necessário complementar e desenvolver seu raciocínio. Neste sentido, seguimos Marcos Del Roio e buscamos a análise

concreta de processos históricos particulares que compõem o quadro do século XX para evitar a diluição do conceito de revolução passiva (ROIO, 2003, p. 93). Posto isso, os conceitos desenvolvidos por Gramsci não são um ponto de chegada, mas de partida, a partir dos quais pode-se problematizar e encontrar explicações para os principais problemas, contradições e especificidades da história brasileira. E, de uma forma diferenciada de Coutinho, que se inspira em Gramsci para realizar análises superestruturais, partimos de uma concepção alternativa: vemos em Gramsci o analista da realidade concreta em sua totalidade, ou conforme ele mesmo afirma:

> Para se conhecer com exatidão quais são as finalidades históricas de um país, de uma sociedade, de um agrupamento, é preciso conhecer, antes de mais nada, quais são os sistemas e as relações de produção e de troca daquele país, daquela sociedade. Sem este conhecimento, será possível redigir monografias parciais, dissertações úteis para a história da cultura; será possível recolher reflexos secundários, consequências longínquas, mas não se fará história, não se conseguirá apreender o núcleo da atividade prática em toda a sua solidez (GRAMSCI, 2004, p. 162-163).

Portanto, a revolução passiva, mais do que um acordo entre os setores atrasados e arcaicos e os setores modernos e dinâmicos da classe dominante do país, um acordo do latifúndio com a indústria, mais que o resultado da sagacidade dos setores dominantes em absorver as demandas populares e cooptar lideranças das classes subalternas, a revolução passiva tem um caráter estruturador do capitalismo no Brasil. Neste sentido, alguns marxistas brasileiros fornecem importantes aspectos da especificidade do capitalismo no Brasil, como Francisco de Oliveira, Rui Mauro Marini e Florestan Fernandes.

Oliveira faz importantes considerações sobre a questão do salário mínimo. Essa é uma questão fundamental para a compreensão da revolução passiva brasileira. Sendo uma reivindicação histórica da classe trabalhadora, acabou entrando no rol de concessões as quais a classe dominante foi obrigada diante da organização e do protesto popular. Todavia sofreu uma severa subversão, passando de salário mínimo necessário, reivindicado historicamente, para salário de subsistência, o qual terminou por beneficiar a classe dominante. Isso foi conseguido com uma forte repressão salarial. Neste sentido, observa o autor, "[o] decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação" (OLIVEIRA, 2003, p. 38). E, nesse sentido, as leis trabalhistas foram estruturadas em um esquema corporativista:

> Uma indagação pertinente sobre o tema da legislação trabalhista é a de por que ela se inspira nas formas jurídicas do direito corporativista italiano. Esse problema tem sido abordado apenas do ângulo do caráter do Estado brasileiro na época: autoritário

> mas ao mesmo tempo de transição entre a hegemonia de uma classe – a dos proprietários rurais – e a de outra – a da burguesia industrial. Um aspecto não estudado é o de sua adequação como uma ponte, uma junção entre as formas pré-capitalistas de certos setores da economia – particularmente a agricultura – e o setor emergente da indústria. Nesta hipótese, o direito corporativista é a forma adequada para promover a complementaridade entre dois setores, desfazendo ao unificar a possível dualidade que poderia formar no encontro do "arcaico" com o "novo"; essa dualidade, no que respeita à formação dos salários urbanos, particularmente na indústria, poderia realmente por em risco a viabilidade da empresa nascente (OLIVEIRA, 2003, p. 38).

Desta maneira, a legislação trabalhista corporativista brasileira, ao incorporar/submeter os trabalhadores, viabilizou a indústria nascente. O arcabouço legislativo deu um enorme impulso à acumulação, mas em um processo histórico em que o arcaico e o moderno entrelaçam-se, de modo que na dialética "revolução-restauração" da revolução passiva, o segundo termo acaba se impondo. É o que se pode elucidar ao problematizar a questão salarial no Brasil.

Segundo Chico de Oliveira, o salário mínimo foi desde sua promulgação "salário de subsistência" (OLIVEIRA, 2003, p. 37). Os contingentes populacionais enormes que afluíram para as cidades logo foram transformados em exército de reserva, essencial à reprodução do capital e necessário do ponto de vista da acumulação que se iniciava, a primitiva (e mesmo depois). Portanto, a formação do exército de reserva foi primordial, isso porque "propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele deve competir pelo uso dos fatores; de outro lado, a legislação trabalhista igualava reduzindo – antes que incrementando – o preço da força de trabalho" (OLIVEIRA, 2003, p. 38). Ou seja, as leis do trabalho permitiram o nivelamento por baixo do salário, aumentando enormemente a exploração do operariado.

Na série histórica, Oliveira observa o aumento da taxa de exploração da força de trabalho. Entre 1944 e 1951, o salário mínimo real (ou a máxima obrigação do empresariado) tem seu poder aquisitivo reduzido pela metade; entre 1952 e 1957 (fase do segundo Governo Vargas e o início do Governo Kubitschek), há recuperações e declínios alternando-se na medida do poder político dos trabalhadores; a partir de 1958, há a deterioração do salário mínimo real, com agravamento no pós-1964. Somente no ano de 1961, durante o governo de João Goulart, há reação. "Difícil é não se tirar a conclusão de que a característica geral do período **é a de aumento da taxa de exploração do trabalho**, a qual foi contra-arrestada apenas quando o poder político dos trabalhadores pesou decisivamente" (OLIVEIRA, 2003, p. 80, grifo nosso). Essa repressão salarial representa historicamente, portanto, o segundo termo da "revolução-restauração", binômio dialético da revolução passiva. De reivindicação

social da classe trabalhadora, o salário mínimo é subvertido e transformado em repressão social e econômica, necessariamente complementada pela repressão política da autocracia.

A repressão salarial visa arrancar aos trabalhadores o superexcedente. Segundo Oliveira, "[...] o superexcedente, resultado da elevação do nível da mais-valia absoluta e relativa, desempenhará, no sistema, a função de sustentar uma superacumulação, necessária esta última para que a acumulação real possa realizar-se" (OLIVEIRA, 2003, p. 100). Assim, a formação do superexcedente apareceu à burguesia como necessidade para realização da acumulação – ambos, só puderam se concretizar por meio da repressão salarial, que teve sua condicionante na forma política de contenção repressiva da classe trabalhadora:

> Levado inicialmente pelas exigências da aceleração dos anos 1957/1962 a aumentar a taxa de exploração do trabalho, a fim de financiar internamente a inversão, o sistema caminhou para um conflito entre relações de produção e forças produtivas, cujo desenlace conhecido foi aprofundar, como condição política de sua sobrevivência, aquela exploração; assim, em primeiro lugar, o superexcedente tem uma função política de contenção, para o que, necessariamente, reveste-se de características repressivas. Isto é, torna-se indissociável a política da economia, porque a contenção da classe trabalhadora se faz, principalmente, pela contenção dos salários (OLIVEIRA, 2003, p. 100).

Dessa forma, as contradições do pacto populista contribuíram para a precipitação da crise de 1964 e o seu desenlace. A extração do superexcedente por meio da contenção salarial aparece em forma de necessidade para a classe dominante no Brasil e, para o efeito de sua consecução, a contenção política da classe trabalhadora era peremptória – essa era a dialética da repressão salarial.

Essa necessidade histórica da classe dominante se deve a própria posição periférica do capitalismo no Brasil e de sua característica dupla articulação. Segundo Florestan Fernandes, o desenvolvimento capitalista brasileiro adquire o padrão de uma economia capitalista competitiva duplamente articulada (interna e externamente):

> 1°) internamente, através da articulação do setor arcaico ao setor moderno, ou urbano-comercial (na época considerada transformando-se, lentamente, em um setor urbano-industrial); 2°) externamente, através da articulação do complexo agrário-exportador às economias capitalistas centrais. Por isso, as próprias condições estruturais, funcionais e históricas da vigência do referido padrão de desenvolvimento capitalista introduziram inibições sistemáticas ou ocasionais, que solapavam, reduziam ou anulavam suas potencialidades dinâmicas (FERNANDES, 2006, p. 283).

Interessante observar que Florestan, assim como Coutinho, sublinha a articulação dos setores mais modernos e dinâmicos com os setores arcaicos da classe dominante em sua lenta modernização. Todavia Florestan extrai daí conclusões que vão além daquelas

superestruturais, as quais Coutinho atém sua análise. Para o sociólogo paulista, essa peculiaridade da classe dominante remete ao padrão de desenvolvimento capitalista, o qual nem sequer foi contestado, sendo um fator de "moderação" e apassivamento das lutas políticas que marcam o Brasil republicano ─ a longa citação vale a pena:

> Por curioso ou estranho que pareça, todos os tipos de "empresários" que operavam na agricultura, na criação, na mineração, no comércio, na indústria, com os bancos etc., orientados para dentro ou para fora, sucumbiram às limitações e às inibições do padrão descrito de desenvolvimento econômico sob o capitalismo competitivo dependente. O horizonte econômico de todos eles foi conformado pela mesma ansiedade de "aproveitar" as vantagens diretas e imediatas abertas por uma economia competitiva articulada. Mesmo mais tarde, quando o "desenvolvimento" aparece em cena, não se questiona ardentemente a dupla articulação ─ entram em debate questões relacionadas com a reforma agrária, o "entreguismo", a remessa de lucros e o intervencionismo econômico do Estado, sem que o essencial, a respeito da dupla articulação, sofresse verdadeiro repúdio. [...] No setor empresarial, em particular, não surgiu nenhum grupo que combatesse frontalmente as tendências mais ou menos estáticas de contemporização diante da dupla articulação. Em consequência, os esforços esboçados para corrigir as limitações e as inibições do padrão existente de desenvolvimento capitalista foram inócuos. Meras verbalizações, caíam com frequência num irremediável vazio histórico. Se possuíam alguma utilidade prática, essa se manifestou na luta pelo poder de barganha dos círculos empresariais; as guinadas "nacionalistas" ou "entreguistas" dos governos achavam uma via de escoamento ou de estimulação nas composições dos setores privados entre si e com o poder público. Pela segunda vez na história brasileira ─ a primeira por ocasião das lutas pela Independência ─ as classes dominantes e suas elites econômicas preferem, por acordo tácito, evitar o nó górdio de nossa evolução econômica dentro do capitalismo (FERNANDES, 2006, p. 284).

Portanto, a dupla articulação tem funcionado como um "lastro" que historicamente tem colocado limites à política nacional, sendo que, por um lado, não recebe contestação dos diferentes setores da classe dominante no sentido de um capitalismo autônomo, sendo para estes um agente limitador; e, por outro lado e mais importante, para o qual as classes subalternas ainda não desenvolveram uma alternativa no sentido do socialismo, sendo um verdadeiro agente apassivador. Todavia, a burguesia nacional aparece aí como agente associado do imperialismo, a qual colhe as benesses materiais dessa associação; já à classe trabalhadora cabe sofrer as mazelas sociais desse modelo de (sub)desenvolvimento, como o subassalariamento, a fome, a violência, as doenças, a falta de educação e lazer.

Como dissemos anteriormente, entendemos que Coutinho não leva às últimas consequências o raciocínio aberto por Gramsci no fragmento desenvolvido no Caderno 10, de 1932-1935. Conforme supracitado, o marxista sardo informa que a revolução passiva do momento de transição do liberalismo ao fascismo na Itália se compreende pelo fato de que "por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa" foram "introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas

para acentuar o elemento '**plano de produção**'", ou seja, acentuou-se "a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro" (GRAMSCI, 2007, p. 1228). Seguindo a trilha aberta por Gramsci, conforme afirmamos, a luta da classe operária pelo salário mínimo, e a sua conversão pela classe dominante na "máxima obrigação do empresariado" estruturada na superexploração das classes subalternas, revela não somente as consequências sócio-econômicas da revolução passiva, mas além disso, dupla articulação mostra que esse não é um dado conjuntural, passageiro, do capitalismo no Brasil, mas, conforme afirma Lucas Patschiki, a "característica sistêmica fundamental do nosso capitalismo dependente-associado" (PATSCHIKI, 2017, p. 13) e de nossa histórica revolução passiva.

Patschiki faz uma importante recuperação da discussão de Florestan Fernandes e Rui Mauro Marini, na qual sublinha "os superdimensionamentos da apropriação e expropriação" que embora compreendidos como "capitalistas', marcam a situação latino-americana desde o momento colonial'" (PATSCHIKI, 2017, p. 12). Neste sentido, Florestan afirma:

> O modelo concreto do capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina, o qual lança suas raízes na crise do antigo sistema colonial e extrai seus dinamismos organizatórios e evolutivos, simultaneamente, da incorporação econômica, tecnológica e institucional a sucessivas nações capitalistas hegemônicas e do crescimento interno de uma economia de mercado capitalista. Esse modelo reproduz as formas de apropriação e de expropriação inerentes ao capitalismo moderno (aos níveis da circulação das mercadorias e da organização da produção). Mas, possui um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes) [...] a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobre-expropriação capitalistas. (FERNANDES, 2009, p. 51-52 *apud* PATSCHIKI, 2017, p. 12).

A "concretude histórica" que forjou a "luta de classes" na América Latina, é marcada por um eixo fundamental: o da "superexploração da força de trabalho", composta pela "intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho" (MARINI, 1973 *apud* PATSCHIKI, 2017, p. 12-13), sendo esta a característica fundamental do capitalismo dependente da América Latina:

> Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado, e determinavam seu caráter e

> sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. E nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana. (MARINI, 1973 *apud* PATSCHIKI, 2017, p. 13)

A superexploração marca as relações latino-americanas, conforme sobredito, desde a época colonial. Historicamente, suas formas concretas passam pela escravidão e pelo subassalariamento. No caso brasileiro, as diferentes transições políticas ocorridas desde a Independência apontam para mudanças "pelo alto", realizadas no sentido de provocar o ostracismo político e a repressão social e econômica das massas populares. A superexploração da força de trabalho renova-se a cada golpe político da classe dominante: na transição do Brasil-Colônia para o Brasil-Império (1808-1822) renova-se praticamente o escravismo com a preservação das relações sociais coloniais internamente; do Brasil-Império para o Brasil-República (1888-1889) opera-se a abolição elitista da escravidão, impedindo que os negros cativos que trabalhavam a lavoura tivessem o legítimo direito da propriedade social da terra, o que poderia ser conquistado com uma reforma agrária; na trajetória que leva o país do capitalismo concorrencial, a partir dos anos 1930 e 1940, ao capitalismo monopolista, consolidado nos anos 1950 e 1960, observa-se a ascensão da classe trabalhadora, a qual, contudo, são mantidas na estrutura da superexploração. Mesmo na história mais recente do país, isto é, após o fim da Ditadura (1964-1985), revela-se a renovação da revolução passiva no sentido estrutural que viemos salientando aqui, sobretudo no ataque aos direitos trabalhistas e na repressão salarial.

3 Conclusão

Nas últimas décadas, assiste-se a precarização do trabalho, o desrespeito aos direitos dos trabalhadores nos anos recentes, o ataque à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), com a "Reforma Trabalhista" de 2017, realizada pelo Governo de Michel Temer, na qual o negociado passa a preponderar sobre o legislado, a legalização do "trabalho intermitente", etc., formam o quadro atual da histórica repressão salarial, a qual segue a todo vapor na limitada e combalida "democracia" brasileira. Estudos realizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), revelam que o poder aquisitivo do salário mínimo permanece reprimido. No site do DIEESE[2], dados disponibilizados desde o ano de 1994 mostram que, nos anos 90, o salário mínimo nominal

[2] Disponível em: www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html, acesso em fevereiro.2018.

ficou de 6,5 até 10,4 vezes abaixo do salário mínimo necessário. Nos anos 2000, de 4,29 até 6,89 vezes abaixo. Nos anos 2010, de 3,8 até 4,38 vezes, sendo que o valor atual (quando escrevemos esse artigo) do salário mínimo nominal de R$ de 954,00 é 3,92 vezes menor que o salário mínimo necessário de R$ 3.752,65 calculado em janeiro de 2018. O salário mínimo nominal cujo valor foi estabelecido pelo governo Temer chegou praticamente ao patamar do salário mínimo necessário de dezembro de 1999, quando o valor calculado era de R$ 940,58. Esse retardamento de quase duas décadas demonstra sobejamente a revolução passiva em sua perspectiva econômico-social do Brasil pós-ditatorial, sendo a repressão salarial a primeira forma da repressão política da classe trabalhadora. Essa não deixa de ser a demonstração da vigência da autocracia burguesa, a qual vem reforçando o aparato autocrático com a presença cada vez mais ostensiva do aparato repressivo no cotidiano da "democracia" brasileira. Como no mito de Sísifo, esta é obrigada a cada dia a um sacrifício, para perder o que lhe resta de democrático com a destruição os direitos da classe trabalhadora. Vive-se hoje um novo momento de revolução-restauração, no qual a autocracia burguesa passa por um processo de *autoritarização crescente* (FERNANDES, 1979), isto é, quando seus fatores autoritários são reforçados. São restaurações que se sucedem, as quais servem de patamar para novas restaurações. A revolução passiva brasileira expressa-se nesse processo de truncamento da democracia, golpeando para evitar uma democracia popular de massas, e, a partir destes limites estreitos colocados ao regime democrático, capacita-se a autocracia burguesa para autoritarizar-se de forma crescente. Esta é a "revolução-restauração" de nossos dias, atualizada e em plena vigência.

5 Referências

COUTINHO, C. N. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, C. N. NOGUEIRA, M.A. (Orgs.). **Gramsci e a América Latina.** 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 129-152.

_____. Grande política/pequena política (verbete). In: LIGUORI, G. VOZA, P. (Orgs.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 348-350.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global 2009.

_____. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

FROSINI, F. História (verbete). In: LIGUORI, G. VOZA, P. (Orgs.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 370-373.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Cartas do cárcere**. 2 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Quaderni del carcere.** 4 vol. Turim: Einaudi, 2007.

LIGUORI, G. VOZA, P. (Orgs.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOSURDO, D. **Gramsci, do liberalismo ao "comunismo crítico"**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência (1973).** Disponível em: www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm, acesso em: fevereiro 2018.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PATSCHIKI, L. **A classe dominante brasileira em organização:** o IMIL como aparelho privado de hegemonia (2005-2013). Goiânia, UFG, 2017. Tese de Doutorado.

ROIO, M. D. Um século de revoluções passivas. In: AGGIO, A. LAHUERTA, M. **Pensar o século XX**. Problemas políticos e história nacional na América Latina. São Paulo: Unesp, 2003.

SITES

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). www.dieese.org.br, acesso em: fevereiro 2018.

Arquivo Marxista na Internet (MIA). www.marxists.org/portugues, acesso em: fevereiro 2018.

_____

Recebido em fevereiro de 2018
Aprovado em junho de 2018